

N.º

NIPG

Data

AUTORIZAÇÃO BANCÁRIA

1. Identificação do/a requerente

N.º consumidor/a* Nome*

NIF/ NIPC* Cartão de Cidadão/Passaporte* Validade*

Morada*

Código-postal* Freguesia* Concelho*

Telefone ⁽¹⁾ Telemóvel ⁽¹⁾ Correio eletrónico ⁽¹⁾

Nome do/a representante legal*

Na qualidade de* ⁽²⁾ Cartão de Cidadão/Passaporte* Validade*

* Campos de preenchimento obrigatório.

⁽¹⁾ Preencher todos os contactos para os quais autoriza ser contactado/a no âmbito deste processo.

⁽²⁾ Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

2. Tipo de pedido ⁽³⁾

- Alteração do IBAN.
 Cancelamento de débito direto.

3. Informações específicas

Banco

IBAN

4. Documentos instrutórios

- Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente (aplicável a pessoa singular);
 Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal (se aplicável);
 Cartão de Identificação Fiscal (NIF) do/a requerente (aplicável a pessoa singular);
 Documento comprovativo da qualidade de representante legal (se aplicável);
 Certidão Permanente atualizada (aplicável a pessoa coletiva);
 Ata de nomeação ou de posse (aplicável a condomínio ou associação);
 Número Internacional de Conta Bancária (IBAN);
 Documento comprovativo do consentimento do/a titular da conta com assinatura reconhecida por Notário ou advogado/a (caso não seja o/a titular do contrato de água).

Requerente/Representante legal

- Declaro, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.
- Tomei conhecimento da Política de Privacidade e aceito inequivocamente que os meus dados, acima referidos, sejam tratados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Pede deferimento,

O/A requerente/representante legal

Atendimento

Observações

O/A funcionário/a

Divisão de Águas e Saneamento

Órgão executivo

Informação

Parecer

Despacho

Documentação suficiente

Requerente sem dívida

Solicito parecer técnico

Deferido

Indeferido

Data

Data

Data

O/A funcionário/a

O/A chefe de divisão

O membro do órgão executivo

Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, Medidas de Modernização Administrativa, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

